

DADOS FINAN CEIROS

Balancos patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em reais)

ATIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012 (reapresentado)
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	164.915	189.380	167.224	305.871
Aplicações financeiras (nota 5)	5.311.866	2.539.556	5.311.866	2.539.556
Contas a receber (nota 6)	47.499	171.696	82.001	262.856
Adiantamentos (nota 7)	361.450	129.108	395.207	245.776
Estoques	6.679	11.214	6.679	11.214
Outros créditos	-	701	8.071	37.166
Total do ativo circulante	5.892.409	3.041.655	5.971.048	3.402.439
Não circulante				
Aplicações financeiras (nota 8)	11.720.017	10.648.751	11.720.017	10.648.751
Empréstimos (nota 25)	66.500	-	-	-
	11.786.517	10.648.751	11.720.017	10.648.751
Investimentos (nota 9)	947	324.328	-	-
Imobilizado (nota 10)	998.371	984.871	1.007.263	996.537
Intangível (nota 11)	7.313	6.405	7.313	6.405
	1.006.631	1.315.604	1.014.576	1.002.942
Total do ativo não circulante	12.793.148	11.964.355	12.734.593	11.651.693
TOTAL DO ATIVO	18.685.557	15.006.010	18.705.641	15.054.132

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Balancos patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
	(reapresentado)		(reapresentado)	
Passivo circulante				
Fornecedores (nota 12)	28.453	151.874	29.850	152.304
Obrigações trabalhistas (nota 13)	214.484	185.188	226.170	187.290
Obrigações tributárias	4.391	3.755	11.114	23.078
Outras contas a pagar (nota 14)	30.990	27.973	31.258	28.213
Total do passivo circulante	278.318	368.790	298.392	390.885
Não circulante				
Projetos a executar (nota 15)	5.585.893	2.836.377	5.585.893	2.836.377
Total do passivo não circulante	5.585.893	2.836.377	5.585.893	2.836.377
Patrimônio líquido (nota 16)				
Patrimônio social	4.153.053	3.743.088	4.153.053	3.743.088
Fundo de dotação	8.699.524	7.647.790	8.699.524	7.647.790
(Deficit)/superavit do exercício	(31.231)	409.965	(31.231)	409.965
	12.821.346	11.800.843	12.821.346	11.800.843
Participação de não controladores	-	-	10	26.027
	12.821.346	11.800.843	12.821.356	11.826.870
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18.685.557	15.006.010	18.705.641	15.054.132

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

(Valores expressos em reais)

	Patrimônio Social	Fundo de dotação (endowment)	Superavit / (deficit) do exercício	Patrimônio líquido	Participação de não controladores	Patrimônio líquido consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)	3.730.069	7.647.790	13.019	11.390.878	9.642	11.400.520
Transferência para o patrimônio social	13.019	-	(13.019)	-	-	-
Dividendos pagos a não controladores	-	-	-	-	(1.901)	(1.901)
Superavit do exercício	-	-	409.965	409.965	18.286	428.251
	3.743.088	7.647.790	409.965	11.800.843	26.027	11.826.870
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	3.743.088	7.647.790	409.965	11.800.843	26.027	11.826.870
Transferência para o patrimônio social	409.965	-	(409.965)	-	-	-
Dividendos pagos a não controladores	-	-	-	-	(22.751)	(22.751)
Fundo de dotação (endowment)	-	1.051.734	-	1.051.734	-	1.051.734
Deficit do exercício	-	-	(31.231)	(31.231)	(3.266)	(34.497)
	4.153.053	8.699.524	(31.231)	12.821.346	10	12.821.356
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.153.053	8.699.524	(31.231)	12.821.346	10	12.821.356

Demonstrações do superavit / deficit para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
	(reapresentado)		(reapresentado)	
(Valores expressos em reais)				
Receitas operacionais (nota 17)				
Receita de financiadores e doadores	6.888.506	4.786.034	6.888.506	4.786.034
Receita de prestação de serviços	777.891	1.509.209	1.135.551	2.390.225
Receita de vendas	43.203	70.975	43.203	70.975
	7.709.600	6.366.218	8.067.260	7.247.234
Custos com projetos (nota 18)	(5.093.590)	(3.027.014)	(5.093.590)	(3.027.014)
Tributos sobre serviços e vendas	(43.423)	(76.312)	(43.423)	(76.312)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(4.535)	(10.599)	(4.535)	(10.599)
	(5.141.548)	(3.113.925)	(5.141.548)	(3.113.925)
Receitas/(despesas) operacionais				
Despesas com pessoal (nota 19)	(870.101)	(1.195.002)	(1.045.384)	(1.253.259)
Despesas administrativas (nota 20)	(841.878)	(1.288.983)	(1.301.757)	(1.577.350)
Despesas com viagens (nota 21)	(496.905)	(602.390)	(496.905)	(602.390)
Despesas com manutenção/locação	(170.969)	(184.168)	(186.215)	(184.168)
Resultado financeiro líquido (nota 22)	297.451	148.217	293.795	148.838
Outras receitas/despesas operacionais líquidas	48.844	145.343	48.844	145.343
Resultado de equivalência patrimonial (nota 9)	(323.380)	438.855	-	-
Depreciações e amortizações	(242.345)	(304.200)	(245.119)	(306.972)
	(2.599.283)	(2.842.328)	(2.932.741)	(3.629.958)
Resultado antes IRPJ/CSLL				
	(31.231)	409.965	(7.029)	503.351
Imposto de renda e contribuição social (nota 23)	-	-	(27.468)	(75.100)
Resultado antes das participações minoritárias				
	(31.231)	409.965	(34.497)	428.251
Participação de não controladores	-	-	3.266	(18.286)
(Deficit)/ superavit do exercício				
	(31.231)	409.965	(31.231)	409.965

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
	(reapresentado)		(reapresentado)	
(Valores expressos em reais)				
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Superavit / (deficit) líquido do exercício	(31.231)	409.965	(34.497)	428.251
Depreciação e amortização	240.293	304.190	243.067	306.963
Resultado de equivalência patrimonial	323.381	(438.854)	-	-
Aumento/ (redução) nos ativos				
Contas a receber	124.197	(164.759)	180.854	(228.211)
Estoques	4.535	6.112	4.535	6.112
Impostos a recuperar	-	-	28.394	(27.498)
Outros créditos	(298.141)	(79.732)	151.567	(139.242)
Aumento/(redução) nos passivos				
Fornecedores	(123.421)	12.501	(122.455)	6.131
Obrigações fiscais	636	(1.717)	(11.962)	317
Outras obrigações	1.577	16.073	3.044	9.267
Obrigações trabalhistas	29.296	65.004	38.880	65.250
Caixa gerado pelas atividades operacionais				
	271.122	128.783	481.427	427.340
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Projetos a executar	3.802.690	2.220.100	2.406.936	1.968.783
Aplicações financeiras	(3.843.576)	(1.925.306)	(2.772.309)	(1.956.385)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento				
	(40.886)	294.794	(365.373)	12.398
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Baixa de ativo imobilizado	7.656	13.920	7.656	13.920
Aquisições de ativo imobilizado	(261.449)	(369.900)	(261.449)	(369.900)
Aquisições de software	(908)	(2.090)	(908)	(2.090)
Caixa gerado pelas atividades de investimento				
	(254.701)	(358.070)	(254.701)	(358.070)
Varição do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	189.380	123.873	305.871	224.203
No final do exercício	164.915	189.380	167.224	305.871
Varição do caixa e equivalentes de caixa				
	(24.465)	65.507	(138.647)	81.668

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (Valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas (Instituto), criado em 1992, é uma sociedade civil de caráter filantrópico sem fins lucrativos, com o objetivo essencialmente de conservação da biodiversidade em bases científicas, atuando em pesquisas, formação de profissionais, educação ambiental e programas de geração de renda e negócios sustentáveis que ampliem a responsabilidade socioambiental de comunidades, empresários e formadores de opinião. O Instituto está domiciliado no Brasil. A sede social do Instituto está localizada no km 47,5 da Rodovia Dom Pedro I, na Cidade de Nazaré Paulista/ SP.

O Instituto possui participação de 99% na empresa Arvorar Soluções Florestais Ltda. (Controlada), que tem como objetivo social a realização de inventários de emissão de gases de efeito estufa, a realização de projetos de restauração florestal, realização e monitoramento por meio de acompanhamento do crescimento e do armazenamento de carbono das áreas reflorestadas. A participação do Instituto não possui finalidade lucrativa na empresa supracitada. Renovação do certificado de OSCIP

O Instituto é qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), por despacho da Secretaria Nacional da Justiça, datado em 28 de junho de 2008, de acordo com a Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999, e teve sua condição de OSCIP renovada anualmente (por aquele órgão até 31 de julho de 2009). O atual certificado de qualificação como Organização Social de Interesse Público do Instituto venceu em 30 de setembro de 2014. O Instituto está em fase de renovação do certificado de qualificação e protocolará o pedido em 07 de novembro de 2015. Renovação de certificado de entidade ambientalista

O Instituto renovou seu certificado de entidade ambientalista, para fins do Decreto nº 46.655/2002, para o exercício de 2014 e de 2015, com validade até 30 de março de 2015. O Instituto goza da isenção de tributação do imposto de renda e da contribuição social sobre o superavit, por se tratar de uma entidade, sem fins lucrativos, todavia, contribui com o imposto de renda incidente sobre os ganhos em aplicações financeiras mediante retenção por parte das instituições financeiras nas quais as aplicações financeiras são realizadas, bem como o recolhimento de obrigações previdenciárias (INSS cota patronal) e PIS sobre a folha de pagamento.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, considerando a Interpretação Técnica Geral ITG 2002 “Entidade sem finalidade de lucros”, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, bem como pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração do

Instituto avaliou os eventos subsequentes até 30 de outubro de 2014, que é a data da aprovação do Conselho de Administração, das demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2013.

A emissão das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 31 de outubro de 2014.

2.2. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- i) ativo imobilizado recebido em doação mensurado pelo valor justo;
- ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, são apresentadas em real que é a moeda funcional do Instituto.

USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando aplicáveis.

2.3. BASE DE CONSOLIDAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e incluem as demonstrações contábeis do Instituto e de sua Controlada, encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis descritas no item 2.1.

As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações do Instituto e da Companhia controlada Arvorar Soluções Florestais Ltda. (Controlada), cuja participação percentual em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é resumida como segue:

RAZÃO SOCIAL	PAÍS SEDE	% – PARTICIPAÇÃO	
		2013	2012
Empresa Arvorar Soluções Florestais Ltda	Brasil	99%	96%

A Controlada é integralmente consolidada a partir da data de aquisição, sendo que o Instituto obtém controle. Nesta data as demonstrações contábeis da Controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas consistentes. Todos os saldos intragrupo, como receitas e despesas e ganhos e perdas não realizadas, oriundas de transações intragrupo, são eliminados por completo.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

A) APURAÇÃO DO SUPERAVIT/ DEFICIT E RECONHECIMENTO DAS RECEITAS E DESPESAS DE RECURSOS VINCULADOS

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

Recursos vinculados compreendem aos valores recebidos pelo Instituto e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determinado em seus respectivos contratos. Esses recursos possuem como contrapartida a conta de projetos a executar. Os valores recebidos e empregados em projetos a executar originados de contratos com entidades públicas e privadas, são registrados da seguinte forma:

- **RECEBIMENTO DOS RECURSOS:** quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras e o crédito de projetos a executar no passivo circulante, conforme observado na NBC TG 07;
- **CONSUMO COMO DESPESA:** quando ocorrem os gastos dos projetos, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida no passivo circulante, e o reconhecimento da receita é registrado a débito do passivo de projetos a executar e contrapartida no resultado do exercício em receita de contrato de gestão e receita incentivada, simultaneamente e pelo mesmo valor;
- **RENDIMENTO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS:** quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras de recursos incentivados são reconhecidos a débito de caixa e equivalentes de caixa e a crédito de projetos a executar no passivo circulante.

B) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros mantidos pelo Instituto são classificados sob as seguintes categorias, nos casos aplicáveis: (i) ativos financeiros não derivativos; (ii) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado; (iii) empréstimos e recebíveis; (iv) caixa e equivalentes de caixa e (v) passivos financeiros não derivativos. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

ATIVOS FINANCEIROS NÃO DERIVATIVOS

O Instituto reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, o Instituto tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis e que não são cotados no mercado ativo. Estes ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem as rubricas de "Contas a receber".

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

PASSIVOS FINANCEIROS NÃO DERIVATIVOS

O Instituto reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

O Instituto não opera com instrumentos financeiros derivativos. Os passivos financeiros que o Instituto possui são com fornecedores e outras contas a pagar.

C) ESTOQUES

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio das compras, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos seus valores justos.

D) INVESTIMENTO EM CONTROLADA

O investimento na Controlada é contabilizado no balanço patrimonial ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na Controlada e atualizado com base no método da equivalência patrimonial, conforme pronunciamento técnico CPC18, para fins de demonstrações contábeis da Controladora.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da Controlada. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da Controlada, o Instituto reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre o Instituto e a Controlada, são eliminados de acordo com a participação mantida na Controlada.

A participação societária na Controlada será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos quotistas da Controlada.

As demonstrações contábeis da Controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o Instituto. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pelo Instituto.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, o Instituto determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento do Instituto em sua Controlada. O Instituto determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva

de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, o Instituto calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre a Controlada, o Instituto avalia e reconhece o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da Controlada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

E) IMOBILIZADO

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

DEPRECIÇÃO

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. Os terrenos não sofrem depreciação. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos e embarcações	5 anos
Equipamentos Científicos	10 anos
Instalações (casas pré-fabricadas)	25 anos
Software	5 anos
Equipamento de informática e comunicação	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

F) INTANGÍVEIS

O ativo intangível de vida útil definida é composto basicamente por programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

G) AVALIAÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS (IMPAIRMENT)

A Administração do Instituto revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para Redução ao valor recuperável, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração do Instituto não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

H) AJUSTE A VALOR PRESENTE (AVP) DE ATIVOS E PASSIVOS

A Administração do Instituto não pratica transações significativas de vendas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

I) PROVISÕES

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Instituto tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

J) OUTROS ATIVOS E PASSIVOS (CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

K) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

L) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (APENAS NA CONTROLADA)

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para constituição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes.

M) GERENCIAMENTO DO RISCO FINANCEIRO

O Instituto apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos advindos do uso de instrumentos financeiros mencionando os objetivos do Instituto, as políticas e os processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 27.

A política da Administração é manter uma sólida base de recursos para manter a desenvolvimento futuro do Instituto. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas.

N) DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Administração do Instituto apresenta os fluxos de caixa às atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais, passados ou futuros, e pelos efeitos de itens de receita ou despesas associadas com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

O) DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, originalmente emitida em 20 de outubro de 2013, estão sendo devidamente rerepresentadas, em conformidade com o CPC 23 "Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro", em decorrência da identificação de erro na apresentação das demonstrações contábeis. A rerepresentação é necessária porque o Instituto considerou parte das aplicações financeiras como destinadas a projetos a executar no passivo não circulante, de forma não apropriada, quando o correto seria sua apresentação no patrimônio líquido. Para a correção dos lançamentos, foram reclassificados para o Patrimônio Líquido o Fundo do Dotação (Endowment), e as Doações no Resultado do Exercício (Patrimônio Social).

A seguir, demonstramos as demonstrações contábeis originalmente apresentadas, comparativas às demonstrações rerepresentadas:

ATIVO	Saldo em 31 de dezembro de 2012		
	Saldo publicado	Ajustes/ reclassificações	Saldo ajustado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.201.400	(1.012.020)	1.201.400
Aplicações financeiras	1.527.536	1.012.020	1.527.536
Contas a receber	171.696	-	171.696
Adiantamentos	129.108	-	129.108
Estoques	11.214	-	11.214
Outros créditos	701	-	701
Total do circulante	3.041.655	-	3.041.655
Não circulante			
Aplicações financeiras	10.648.751	-	10.648.751
Investimentos	624.625	-	624.625
Imobilizado	984.871	-	984.871
Intangível	6.405	-	6.405
Total não circulante	12.264.652	-	12.264.652
TOTAL DO ATIVO	15.306.307	-	15.306.307

PASSIVO	Saldo em 31 de dezembro de 2012		
	Saldo publicado	Ajustes/ reclassificações	Saldo ajustado
Circulante			
Fornecedores	151.874	-	151.874
Obrigações trabalhistas	185.188	-	185.188
Obrigações tributárias	3.755	-	3.755
Outras contas a pagar	27.973	-	27.973
Total do circulante	368.790	-	368.790
Não circulante			
Projetos a executar	2.836.377	(1.051.734)	1.784.643
Fundo Endowment	10.648.751	(10.648.751)	-
Total não circulante	13.485.128	(11.700.485)	1.784.643
Patrimônio líquido			
Patrimônio social (a)	1.042.424	3.000.961	4.043.385
Fundo de dotação (b)	-	8.699.524	8.699.524
Déficit do exercício	409.965	-	409.965
Total do patrimônio líquido	1.452.389	(11.700.485)	13.152.874
TOTAL DO PASSIVO	15.306.307	-	15.306.307

RESULTADO	Saldo em 31 de dezembro de 2012		
	Saldo publicado	Ajustes/reclassificações	Saldo ajustado
Receita de financiadores e doadores	1.759.020	3.027.014	4.786.034
Receita de prestação de serviços	1.503.872	5.337	1.509.209
Receita de vendas	-	70.975	70.975
		-	
Total de receitas	3.262.892	3.103.326	6.366.218
Custos com projetos	-	(3.027.014)	(3.027.014)
Tributos sobre serviços e vendas	-	(76.312)	(76.312)
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(10.599)	-	(10.599)
Total de custos	(10.599)	(3.103.326)	(3.113.925)
Receitas (despesas) operacionais	(2.842.328)	-	(2.842.328)
Superavit do exercício	409.965	-	409.965

DETALHAMENTO DOS AJUSTES/RECLASSIFICAÇÕES

- (a) Refere-se a reclassificação de doações recebidas ao qual estavam contabilizadas como recursos vinculados a projetos, no passivo não circulante para a rubrica contábil "Patrimônio social";
- (b) Refere-se a reclassificação de doações para constituição de fundo de dotação (Endowment) para rubrica "Fundo de dotação", no patrimônio líquido.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Bancos conta movimento				
Arvorar	-	-	1.108	17.663
Recursos livres – IPÊ	23.332	4.480	23.332	4.480
Total de bancos conta movimento	23.332	4.480	24.440	22.143
Aplicações financeiras				
Arvorar	-	-	1.201	98.828
Recursos livres – IPÊ	141.583	184.900	141.583	184.900
Total de aplicações financeiras	141.583	184.900	142.784	283.728
TOTAL	164.915	189.380	167.224	305.871

Os saldos de "bancos conta movimento" são representados, principalmente, por contas correntes mantidas em instituições financeiras nacionais.

A rubrica "Bancos conta movimento – recursos vinculados a projetos a executar" refere-se substancialmente a recursos recebidos pelo Instituto que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados por entidades públicas e privadas, conforme a Nota Explicativa nº 15.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 97% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) – 100% e 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2012.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Recursos vinculados – projetos a executar				
Aplicações financeiras	5.311.866	2.539.556	5.311.866	2.539.556
TOTAL	5.311.866	2.539.556	5.311.866	2.539.556

A rubrica “Aplicações financeiras” corresponde a recursos vinculados aos projetos a executar descritos na Nota Explicativa nº 15.

As aplicações financeiras são de curto prazo e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e fundos de investimento em renda fixa e são remunerados às taxas que variam entre 97% a 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) – 100% e 101% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2012.

6. CONTAS A RECEBER

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Cientes diversos – produtos	2.811	8.381	2.811	8.381
Cientes diversos – serviços	37.847	143.136	37.847	148.011
Prefeitura Municipal de Pindamonhangaba	-	-	-	41.370
José Guimarães Monforte	-	-	-	38.457
Prefeitura Municipal de São José dos Campos	-	-	5.464	-
AES Tietê S.A.	-	-	20.644	26.637
Outros	6.841	20.179	15.235	-
TOTAL	47.499	171.696	82.001	262.856

7. ADIANTAMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Adiantamento de despesas de projetos	274.028	110.240	274.028	129.108
Fornecedores	87.422	18.868	116.129	43.866
Despesas de projetos – Arvorar	-	-	-	368.049
Sabesp	-	-	5.050	5.050
TOTAL	361.450	129.108	395.207	546.073

A rubrica contábil de “Adiantamento de despesas de projetos” corresponde a pagamentos efetuados pela Administração do IPÊ para liquidação de gastos iniciais de projetos ao qual aguarda-se liberação de recursos.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS – NÃO CIRCULANTE

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Aplicações financeiras				
Tribanco S.A. (a)	3.020.493	2.272.077	3.020.493	2.272.077
Fundo de dotação (Endowment) (b)				
Operações compromissadas	218.930	-	218.930	-
Fundo IKOPORAN Endowment	8.480.593	8.376.674	8.480.593	8.376.674
	8.699.523	8.376.674	8.699.523	8.376.674
TOTAL	11.720.016	10.648.751	11.720.016	10.648.751

(a) Fundo Endowment Tribanco S.A.: corresponde a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários (CDB) remunerados às taxas que variam entre 101,50% a 106% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), cuja utilização é realizada somente perante aprovação do Conselho;

(b) Fundo de dotação (Endowment): ao Fundo de Dotação (Endowment) constituídos com utilização restrita do principal, sob aprovação da Administração do Instituto, sendo somente resgatado anualmente os rendimentos auferidos dos Fundos conforme regras estabelecidas nos Instrumentos Particular de Contrato de Doação Modal e classificados no patrimônio líquido na rubrica de “Fundo de reserva”. Os recursos deste Fundo foram doados por Antonio Luiz da Cunha Seabra e Guilherme Leal, única e exclusivamente, para a manutenção parcial das atividades pedagógica da Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade (ESCAS).

Os recursos estão distribuídos em Fundo de Investimento e Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A composição da carteira do Fundo está demonstrada da seguinte forma:

Composição da carteira

	2013	2012
Cotas de fundos de investimento	8.479.157	8.376.663
Valores a pagar	(2.574)	(1.588)
Disponibilidades	1.137	1.577
TOTAL	8.477.720	8.376.652

9. INVESTIMENTOS

	2013	2012
Informações a respeito da Controlada		
Número de cotas possuídas	49.500	48.500
Percentual de participação	99%	96%
Capital social	50.000	50.000
Patrimônio líquido	957	650.651
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	(326.647)	457.140
Movimentação dos investimentos		
Saldo inicial	324.328	186.270
(+) Resultado da equivalência patrimonial	(323.380)	438.855
(-) Transferência de quotas	-	(500)
(-) Baixa de dividendos pagos a não controladores		(300.297)
Saldo em 31 de dezembro	947	324.328

A Controlada distribuiu dividendos a não controladores em valores desproporcionais a participação dos sócios. Com isso, o Instituto reduziu seu patrimônio líquido em R\$ 300.297 em 2012 em função de ter aprovada a distribuição desses dividendos complementar aos acionistas não controladores

A empresa Arvorar Soluções Florestais Ltda. (Controlada), é uma sociedade limitada que tem como objeto social a realização de inventários de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), a realização de projetos de restauração florestal, realização e monitoramento por meio de acompanhamento do crescimento e do armazenamento de carbono das áreas reflorestadas, realização de consultoria para adequação legal de propriedades, comercialização de crédito de carbono e outros.

Em 10 de março de 2008 o Instituto aplicou parte de seus recursos na constituição da Controlada, empresa com fins lucrativos e da qual participava com 96% do capital social total, o que monta R\$ 50.000. A Controlada foi constituída juntamente com outros membros/ funcionários do Instituto e iniciou suas atividades operacionais ainda em 2008. A participação do Instituto, que não possui finalidade lucrativa na Controlada foi assessorada por consultores jurídicos contratados, cujo parecer foi favorável, todavia com a ressalva de que uma consulta prévia deveria ser efetuada ao Ministério da Justiça. Em 27/08/2004 foi protocolado o pedido de consultoria a Coordenadoria de Entidades Sociais (COESO), Departamento de Justiça, Títulos e Classificação – Secretaria Nacional de Justiça – Ministério da Justiça. Não tendo recebido resposta deste Ministério, o Instituto constituiu a empresa. Cinco anos após a abertura da empresa, o Ministério se pronunciou, por meio do Parecer nº 077/2013/CEP/CONJUR-MJ/CGU/AGU, Despacho nº 83/2013/CEP/CONJUR-MJ/CGU/AGU, Despacho da Consultora Jurídica/MJ nº 145/2013 e Despacho da Consultora Jurídica/MJ nº 427/2013, a CONJUR opinou pela impossibilidade do Instituto participar como controlador. Sendo que qualquer alteração de finalidade ou regime de funcionamento das entidades qualificadas como OSCIP, deverão ser comunicadas ao Ministério da Justiça, sob pena de cancelamento, nos termos do Artigo 5º do Decreto nº 3.100/99. Este fato levou o Instituto a convocar uma reunião extraordinária de Conselho em 08 de janeiro de 2014. Deliberou-se nesta reunião que a empresa deveria finalizar os contratos em andamento para em seguida ser encerrada ou ter sua titularidade transferida.

10. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado do Instituto está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas atividades, e estão demonstrados nas tabelas a seguir:

	% – Taxas de depreciação/amortização	2013		CONTROLADORA 2012	
		Custo corrigido	Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
IPÊ					
Terrenos	-	411.654	-	411.654	411.654
Veículos	20%	470.786	(197.597)	273.189	103.775
Embarcações	20%	458.229	(394.460)	63.769	102.053
Equipamentos de informática	20%	425.061	(355.165)	69.896	56.689
Móveis e utensílios	10%	155.976	(115.786)	40.190	49.661
Máquinas e equipamentos	10%	148.103	(73.019)	75.084	63.542
Equipamentos científicos	10%	25.027	(22.147)	2.880	5.383
Instalações (casas pré-fabricadas)	4%	24.340	(9.659)	14.681	15.898
		2.119.176	(1.167.833)	951.343	808.655
Recursos vinculados					
Veículos	20%	645.938	(598.910)	47.028	176.216
	20%	645.938	(598.910)	47.028	176.216
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO		2.765.114	(1.766.743)	998.371	984.871

	% – Taxas de depreciação/amortização	Custo corrigido	2013	CONSOLIDADO	
			Depreciação/amortização acumulada	Líquido	Líquido
IPÊ					
Terrenos	-	411.654	-	411.654	411.654
Veículos	20%	470.786	(197.597)	273.189	103.775
Embarcações	20%	458.229	(394.460)	63.769	102.053
Equipamentos de informática	20%	434.067	(361.676)	72.391	60.985
Móveis e utensílios	10%	155.976	(115.786)	40.190	49.661
Máquinas e equipamentos	10%	157.827	(76.346)	81.481	70.912
Equipamentos científicos	10%	25.027	(22.147)	2.880	5.383
Instalações (casas pré-fabricadas)	4%	24.340	(9.659)	14.681	15.898
		2.137.906	(1.177.671)	960.235	820.321
Recursos vinculados					
Veículos	20%	645.938	(598.910)	47.028	176.216
		645.938	(598.910)	47.028	176.216
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO		2.783.844	(1.776.581)	1.007.263	996.537

IMOBILIZADO – IPÊ

Corresponde aos bens patrimoniais de propriedade do Instituto.

IMOBILIZADO – RECURSOS VINCULADOS

As adições ocorridas durante o exercício de 2013 foram necessárias para a continuidade das atividades de operacionalização e para atendimento aos contratos junto a entidades públicas e privadas.

A Administração do Instituto adota como critério para reconhecimento de obrigação de longo prazo para com as entidades públicas e privadas, o registro de valor equivalente ao montante líquido de seu ativo imobilizado vinculado aos projetos em execução. O saldo da rubrica é aumentado em contrapartida de lançamento na rubrica de “Projetos a executar”, sempre que há nova aquisição, e reduzido em contrapartida da rubrica de “Despesa de depreciação”.

MOVIMENTAÇÕES NO ATIVO IMOBILIZADO:

	CONTROLADORA				Saldos em 31/12/2013
	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Depreciação	
Imobilizado – IPÊ					
Terrenos	411.654	-	-	-	411.654
Veículos	279.991	194.339	(7.655)	(146.458)	320.217
Embarcações	102.053	4.100	-	(42.384)	63.769
Equipamentos de informática	56.689	38.046	-	(24.839)	69.896
Móveis e utensílios	49.661	3.484	-	(12.955)	40.190
Máquinas e equipamentos	63.542	21.479	-	(9.937)	75.084
Equipamentos científicos	5.383	-	-	(2.503)	2.880
Instalações (casas pré-fabricadas)	15.898	-	-	(1.217)	14.681
	984.871	261.448	(7.655)	(240.293)	998.371

	CONSOLIDADO				Saldos em 31/12/2013
	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Depreciação	
Imobilizado – IPÊ					
Terrenos	411.654	-	-	-	411.654
Veículos	279.991	194.339	(7.655)	(146.458)	320.217
Embarcações	102.053	4.100	-	(42.384)	63.769
Equipamentos de informática	60.985	38.046	-	(26.640)	72.391
Móveis e utensílios	49.661	3.484	-	(12.955)	40.190
Máquinas e equipamentos	70.912	21.479	-	(10.910)	81.481
Equipamentos científicos	5.383	-	-	(2.503)	2.880
Instalações (casas pré-fabricadas)	15.898	-	-	(1.217)	14.681
	996.537	261.448	(7.655)	(243.067)	1.007.263

11. INTANGÍVEL

	% – Taxas de amortização	Custo corrigido	2013		2012
			Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Controladora					
Software	20%	22.398	15.085	7.313	6.405
		22.398	15.085	7.313	6.405
Consolidado					
Software	20%	22.398	15.085	7.313	6.405
		22.398	15.085	7.313	6.405

12. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o saldo, individual e consolidado, da rubrica contábil de "Fornecedores" era composto por gastos com fornecedores nacionais, principalmente, de materiais de escritório, limpeza e alimentos, bem como a contratação de prestadores de serviços.

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Provisão de férias e encargos sociais	156.508	123.830	168.073	125.932
Salários e ordenados	48.381	51.528	48.381	51.528
IRRF sobre folha de pagamento	7.879	8.414	7.879	8.414
PIS sobre folha de pagamento	1.661	1.391	1.661	1.391
Contribuições sindicais a pagar	55	25	176	25
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO	214.484	185.188	226.170	187.290

14. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o saldo individual e consolidado, da rubrica contábil de "Outras contas a pagar" era composto substancialmente de adiantamentos de participantes de cursos, cuja inicialização ocorreu em fevereiro de 2014.

15. PROJETOS A EXECUTAR

O saldo de projetos a executar representa os recursos vinculados recebidos de patrocinador ainda não utilizados. Essa vinculação representa a destinação exclusiva dos recursos à execução dos projetos contratados com o patrocinador. O saldo dos projetos no encerramento do exercício e estão representados da seguinte forma:

	2013	2012
Bradesco	2.754.629	1.180.186
Petrobras	488.939	-
Nascente verdes	270.251	76.407
BNDES	275.858	108.908
Fundo CP	203.412	79.615
Ecoturismo e Conservação de Florestas	184.894	-
Projeto Multiplicando Saberes	141.263	180.476
Onça do Alto Paraná	133.692	56.510
Desenv. de Produtos da Sociodiversidade	119.930	113.410
Arvorar	115.112	91.227
Água Boa- FEHIDRO	92.270	-
Fundo Vale	85.587	91.646
Conservação MLP	79.053	262
Conservação MLCP	36.526	20.269
Nativa	15.218	16.264
Anta do Pantanal	2.564	6.480
Detetives Ecológicos	669	67.305
Outros projetos	586.026	938
SALDO FINAL	5.585.893	2.836.377

16. PAT RIMÔNIO LÍQUIDO

PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social do Instituto é constituído pelos superávits acumulados e por bens móveis e imóveis a ele pertencentes, ou que vierem a serem adquiridos por compra, doação ou legado, contribuições, donativos, auxílios oficiais ou subvenções de qualquer tipo ou natureza.

Conforme determinado em seu Estatuto Social, em caso de dissolução, a Assembleia Geral deverá decidir a destinação do patrimônio social, sendo distribuído à outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei nº 9.790/1999, preferencialmente que tenha o mesmo objeto social. A doação representa a destinação exclusiva dos recursos à execução dos projetos contratados com o patrocinador. O saldo dos projetos no encerramento do exercício e estão representados da seguinte forma:

17. RECEITAS OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Financiadores e doadores	6.888.506	4.786.034	6.888.506	4.786.034
Prestação de serviços	777.891	1.509.209	1.135.551	2.390.225
Vendas	43.203	70.975	42.203	70.975
TOTAL	7.709.600	6.366.218	8.067.260	6.366.218

A receita de financiadores e doadores é proveniente de empresas privadas, fundações, governo, organizações nacionais e internacionais, destinada ao cumprimento do objeto social do Instituto.

A receita com prestação de serviços é proveniente de cursos realizados pelo Instituto e também de pequenos serviços prestados pelo IPÊ.

A receita com vendas é decorrente da venda de produtos fabricados por empresas que promovem as causas defendidas pelo Instituto e que incluem a marca do IPÊ nos produtos como forma de divulgação dos trabalhos efetuados pelo Instituto.

18. CUSTOS COM PROJETOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
BNDES	1.015.218	750.252	1.015.218	750.252
Fundo Vale	615.370	55.346	615.370	55.346
Escas – Nazaré	548.236	-	548.236	-
Detetives Ecológicos	425.102	431.978	425.102	431.978
Escas – Bahia	368.369	-	368.369	-
Arvorar	324.867	364.784	324.867	364.784
Nascentes Verdes – Rios Vivos	323.647	444.231	323.647	444.231
MBA	258.873	-	258.873	-
Projeto Multiplicando Saberes	224.047	-	224.047	-
Anta – Pantanal	216.173	173.068	216.173	173.068
Projeto Gestão de UCs	150.275	21.917	150.275	21.917
Embauba	144.590	19.059	144.590	19.059
Petrobras	142.981	92.873	142.981	92.873
Monitoramento Participativo da Biodiversidade	92.642	-	92.642	-
Onça TFCA	77.856	43.074	77.856	43.074
Conservação do MLCP	65.328	47.140	65.328	47.140
Projeto JRS	65.249	146.060	65.249	146.060
Outros projetos	34.767	473.232	34.767	473.232
TOTAL	5.093.590	3.027.014	5.093.590	3.027.014

19. DESPESA COM PESSOAL

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Salários	308.443	520.072	382.097	530.406
Férias	102.348	68.506	111.653	69.805
13º salário	104.989	94.561	118.770	96.378
INSS	144.701	318.017	175.386	326.172
FGTS	32.777	54.122	41.519	55.231
Alimentação	149.500	113.279	177.172	126.551
Outros	27.343	26.445	38.787	48.716
TOTAL	870.101	1.195.002	1.045.384	1.253.259

20. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Telefone	43.898	89.820	43.925	96.633
Combustível	92.960	82.366	121.055	100.020
Prestação de Serviços Profissionais (a)	542.779	876.107	908.883	1.006.741
Água/ luz	14.755	23.153	15.090	23.153
Internet	14.488	22.881	15.031	23.481
Outros	132.998	194.656	197.773	327.322
TOTAL	841.878	1.288.983	1.301.757	1.577.350

(a) A rubrica contábil de "Prestação de serviços profissionais" corresponde a gastos com contratação de assessorias jurídica, contábil, consultoria, segurança, entre outros.

21. DESPESA COM VIAGENS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Lanches e refeições	38.072	40.295	38.072	40.295
Hospedagem	25.351	27.271	25.351	27.271
Passagem/transporte	417.063	507.600	417.063	507.600
Combustível/pedágio	16.419	27.224	16.419	27.224
TOTAL	496.905	602.390	496.905	602.390

22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras				
Varição cambial	190.551	42.686	190.551	42.686
Juros sobre aplicações financeiras	213.656	175.149	214.252	178.171
Total	404.207	217.835	404.803	220.857
Despesas financeiras				
Tarifas bancárias	(32.578)	(30.201)	(36.631)	(32.568)
Juros	(155)	(81)	(155)	(115)
IRRF s/aplicações financeiras	(73.075)	(39.312)	(73.075)	(39.312)
Multas e juros	(948)	(24)	(1.147)	(24)
Total	(106.756)	(69.618)	(111.008)	(72.019)
TOTAL FINANCEIRO LÍQUIDO	297.451	148.217	293.795	148.838

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CONSOLIDADO)

A despesa com imposto de renda e contribuição social é proveniente das operações da Arvorar Soluções Florestais Ltda., dessa forma as despesas com esses impostos constam apenas nas demonstrações contábeis consolidadas do Instituto. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2013	2012
Resultado do exercício antes do IRPJ e da CSLL - controlada	299.179	532.240
Alíquota fiscal aplicada	34%	34%
IRPJ	101.721	180.961
Exclusões permanentes	(74.253)	(105.861)
Total	27.468	75.100
Alíquota efetiva	14%	14%

O Instituto por ser uma entidade sem fins lucrativos, é isenta do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

24. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

O Instituto está suscetível a ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa essas demandas judiciais pendentes e, quanto às ações com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, pode constituir provisão para as causas com expectativa de perda considerada provável. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o Instituto não está envolvido em processos judiciais de qualquer natureza.

25. PARTES RELACIONADAS

Demonstramos a seguir as transações do Instituto com controlada profissionais-chave da Administração e outras partes relacionadas:

	Tipo	Data	Venc.to.	Índice	2013	2012
Ativo não circulante						
Arvorar Soluções Florestais Ltda.	Mútuo	18/07/13	18/07/13	IGP-M	66.500	-
TOTAL					66.500	-

As transações foram realizadas em condições usualmente praticadas pelo mercado em transações da mesma natureza.

REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES

Os administradores do Instituto são remunerados por meio de salários e registrados sob regime CLT, que estão apresentados na rubrica "Despesas de pessoal", no resultado do exercício. Não há remuneração, direta ou indireta de conselheiros.

A Administração do Instituto não possui planos de benefício pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo para a diretoria e Administração.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros do Instituto incluem, principalmente: caixa, bancos, aplicações financeiras, fornecedores e contas a pagar. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros aproximam-se dos seus valores de mercado. A Administração e a gestão desses instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela Administração do Instituto. Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Administração do Instituto não executou transações envolvendo instrumentos financeiros na forma de derivativos.

27. GESTÃO DE RISCOS

CONSIDERAÇÕES GERAIS E POLÍTICAS

O Instituto possui uma política formal para gerenciamento de riscos, cujo controle e gestão são responsabilidade da diretoria, que se utiliza de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos.

RISCO DE LIQUIDEZ

É o risco que o Instituto irá encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa, aplicações financeiras suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento de valores contratados. O risco de crédito é reduzido em virtude de procedimentos de avaliação de contas correntes e em aplicação financeiras mantidas em instituições financeiras.

RISCO DE TAXA DE JUROS

Decorre da possibilidade de o Instituto sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, o Instituto busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pós-fixadas.

RISCO COM TAXA DE CÂMBIO

O risco associado decorre da possibilidade de o Instituto vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais dos recursos recebidos em moeda estrangeira.

28. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Administração do Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, que foram definidos por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido.

Suzana Machado Pádua
Presidente

Antonio Carlos Ayuso
Contador
CRC ISP-082.948/O-5

